

### 3 "Me mostra e me ensina o que é ser feminina": Interfaces entre mulher e maternidade

*"Ninguém nasce mulher, torna-se mulher."*

(Simone de Beauvoir)

#### 3.1 História(s) da(s) Mulher(es)

*"Pode-se graduar a civilização de um povo pela atenção, decência e consideração com que as mulheres são educadas, tratadas e protegidas."*

(Marquês de Maricá)

Com a introdução das máquinas no processo de produção de mercadorias, uma mudança profunda afetou paulatinamente todas as formas de vida em sociedade. O capitalismo não se caracteriza apenas por uma determinada maneira de organizar a economia; trata-se também de um modelo de sociedade em que o capital é a base organizativa das mais variadas relações entre os indivíduos e os diferenciados grupos sociais. Até a Revolução Industrial, a maneira mais comum das pessoas conseguirem viver era através da agricultura, da fabricação de objetos manufaturados e em parte, através do comércio desses bens. As máquinas e as fábricas transformaram as relações entre as pessoas e, também, entre as pessoas e os bens.

*(...) com a Revolução Industrial uma nova relação surgiu: algumas pessoas passaram a ser os donos do capital, isto é, das máquinas e das fábricas. Proclamou-se, então, a 'liberdade' do trabalhador: o que o proprietário contratava não eram mais as pessoas, como na escravatura e no feudalismo, mas era o 'trabalho' das pessoas. (...) A essa relação se costuma chamar de dominação. (...) quase como uma consequência disso, as que possuíam os meios de produção passaram a explorar a mão-de-obra do trabalhador: a isso se costuma chamar de exploração. Essas duas relações, dominação e exploração (...) definem o modo de produção capitalista (...)* (Guareschi, 2004, p. 143).

A tendência inexorável do capital é transformar tudo em mercadoria. Com o aperfeiçoamento das máquinas e a conseqüente simplificação do trabalho industrial, as mulheres e as crianças passaram a complementar os homens operários recebendo, contudo, um salário inferior e sendo exploradas com mais facilidade. De qualquer forma, puseram-se em movimento uma série de transformações que afetaram profundamente a condição social da mulher, principalmente, ou mais evidentemente, a partir da segunda

metade do século XIX. Desde então podemos dizer que o seu trabalho começou a ser valorizado como um instrumento efetivo de mobilidade social e como uma solução para ajudar a família em sua difícil situação econômica. Além do setor têxtil, que empregava a maioria das mulheres operárias, a presença da mão-de-obra feminina também foi marcante nas fábricas de calçados, na indústria de papel e na fabricação de ladrilhos e telhas na indústria européia.

Além disso, durante o século XIX o serviço doméstico conheceu o auge de sua história, possibilitado pelo crescimento das cidades e a consolidação da burguesia como classe hegemônica na sociedade capitalista. Para a burguesia européia, dispor de um serviço doméstico numeroso e eficiente era um sinal de distinção e de uma posição econômica sólida. Havia uma grande quantidade de especialidades dentro dessa ocupação que eram efetuadas pelas mulheres: criadas, babás, cozinheiras, professoras etc.

As amas-de-leite também conheceram grande expansão no século XIX, porém em condições distintas daquelas encontradas na fase pré-industrial. As famílias burguesas abrigavam-nas em suas próprias casas, de tal modo que este tipo de trabalhadora acabou constituindo uma nova especialidade dentro do serviço doméstico. Assim, podia-se controlar de maneira mais direta os progressos na criação dos filhos. Muitas vezes, as amas-de-leite urbanas viam-se obrigadas a abandonar seus próprios filhos. No final do século XIX, contudo, a demanda de amas-de-leite caiu drasticamente. A difusão das mamadeiras e a repulsa geral quanto à utilização de amas-de-leite em detrimento do leite materno indicavam que essa atividade estava fadada a desaparecer (Ariès, 1978).

A partir desse momento começa a se impor o novo conceito: a exaltação da maternidade. A mãe não será unicamente, como em séculos passados, a progenitora, mas aquela que cria, educa e se responsabiliza por todos os cuidados da criança. Intensifica-se a relação entre a mulher e seus filhos, como nos mostra Costa (1979).

Outro fenômeno que derivou do crescimento das cidades e da industrialização foi o aumento da prostituição feminina. As prostitutas eram recrutadas entre as jovens operárias que não podiam resistir à miséria de seus salários. Não só os baixos salários, mas o fato de estarem “na rua” sugeria que fossem mais disponíveis, e por isso, eram mais pressionadas. Foi somente no século XX que ocorreu uma transformação decisiva nas mentalidades acerca do “feminino”. As guerras mundiais provocaram a incorporação maciça das mulheres ao trabalho industrial, os avanços técnicos liberaram as mulheres de algumas tarefas domésticas. Somado-se à participação feminina nas reivindicações por igualdades entre os gêneros, temos os pontos decisivos para a consolidação da mudança da mulher em nossa sociedade ocidental.

Durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, se deu a primeira incorporação em massa das mulheres ao trabalho industrial, quando foram mobilizadas

para ocuparem os lugares deixados pelos homens. Em toda a Europa, a porcentagem de mulheres que assumiram o posto dos homens foi enorme, e vale salientar que a presença delas foi marcante principalmente nas indústrias de armamento. Em um período trágico como a guerra, a participação efetiva das mulheres lhes rendeu, além de muita responsabilidade - afinal assumiram espaços e tarefas impensáveis até aqueles dias -, muitos ganhos, sem dúvida. Começaram a se fazer presentes em ações reivindicativas, reclamavam aumento de salários e protestavam pelo aumento dos preços de produtos alimentícios e de primeira necessidade. Ou seja, abria-se um caminho pelo qual, com o passar do tempo, tornou-se impossível voltar atrás. Vale lembrar que a vida profissional feminina somou-se a todos os afazeres domésticos. Em algumas fábricas, foram construídas creches para solucionar a questão do cuidado com os filhos das trabalhadoras. Em outros casos, as mulheres mais velhas da família responsabilizavam-se pelas crianças enquanto as mais jovens estavam no trabalho.

Um outro fator ajudou nessa modificação da mão-de-obra. Os empresários dos mais variados ramos industriais viam no trabalho feminino características que lhes interessavam. Além de serem ligeiras e ágeis, os baixos salários que se pagavam às mulheres eram mais um atrativo. Oliveira (2004) aponta que a continuidade do pertencimento ao espaço privado se restringia basicamente às mulheres de classe alta, que não necessitavam trabalhar para o seu sustento. Muitas mulheres das classes menos

favorecidas circulavam pelas ruas, andavam nos bondes ao se dirigirem aos seus locais de trabalho – que poderia ser o serviço em telégrafos, em uma casa de família, uma loja de confecção etc. –, o que as colocava sob suspeita de exercício de alguma atividade “indigna”, ou seja, a prostituição, deixando-as, assim, vulneráveis às investidas mais precisas dos homens, o que acabava por afetar sua reputação e sua honra. Mais um motivo para as mulheres das camadas dominantes manterem-se restritas ao espaço privado.

Com a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1939, o esquema que havia funcionado vinte anos antes volta a se repetir. Nesse período surge uma nova concepção: o trabalho dignifica a mulher. Com a repercussão dessa idéia, as mulheres da classe média começam a aspirar um trabalho mais qualificado e melhor remunerado. É importante ressaltar que, mesmo quando o acesso às escolas superiores foi conquistado, ainda predominavam os valores do sistema patriarcal, que consideravam que a instrução feminina deveria ser concedida em doses mínimas. Assim sendo, as mulheres continuavam a lutar pela igualdade dos programas de ensino, inspirados em princípios discriminatórios, tendentes a perpetuar a escravidão da mulher e a reforçar o domínio masculino.

O ensino foi a primeira profissão moderna aberta às mulheres, que nele se tornaram numericamente dominantes. A presença feminina começou pela escola infantil e atingiu

até mesmo as instituições universitárias mais sofisticadas de todo o mundo. Bauer (2001) conta que a professora do fim do século XIX era uma figura de mulher corajosa, que rompeu com a tradição. Participava de lutas sociais e colocava-se ao lado do proletariado. A típica professora desse período era anarquista ou socialista, participava de congressos e encontros e era a favor da emancipação da mulher. As professoras primárias foram as primeiras a reivindicar igualdade salarial e igual dignidade no trabalho.

Um outro ofício tipicamente feminino era o de enfermeira. Esta profissão nasceu na segunda metade do século XIX, quando jovens religiosas se ofereceram para trabalhar nos hospitais, substituindo as freiras que já cuidavam dos pacientes hospitalizados.

Com a invenção da máquina de escrever e do telefone, cria-se também duas novas profissões reconhecidamente relacionadas ao sexo feminino: datilógrafa e telefonista.

As mulheres da classe média vão progressivamente dedicando-se às profissões liberais. A medicina, a engenharia, a advocacia, o jornalismo começam a contar com a presença crescente de mulheres. Contudo, mesmo com todo este avanço, as mulheres continuavam a ocupar as categorias inferiores, os trabalhos mais rotineiros e mal remunerados.

As trabalhadoras dos primórdios da industrialização brasileira, enfrentavam longas jornadas de trabalho, baixos salários, maus-tratos dos patrões, além de assédio sexual. De acordo com Rago (1997), as mulheres brasileiras, trabalhadoras do início do século XX eram vistas pelos jornalistas como frágeis e infelizes, como perigosas e “indesejáveis” pelos patrões, como passivas e inconscientes para os militares e políticos e, para os médicos e juristas, eram perdidas e “degeneradas”. A autora ressalta, no entanto, que poucos documentos foram escritos por mulheres trabalhadoras daquela época, para que pudéssemos obter com clareza de que maneira elas representavam a si próprias e o mundo do trabalho. A maior parte da documentação existente foi redigida por médicos higienistas, policiais e industriais. Assim sendo, lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual.

De acordo com Sant’Anna (1995), entre os anos 1900 e 1930, as publicidades direcionadas para o público feminino já começam a ganhar espaço. Jornais e revistas publicam remédios para a beleza da mulher, no entanto, seu alcance é restrito às mulheres da elite das grandes cidades. No “consultório da mulher”, da Revista da Semana, enfatiza-se as sensações agradáveis proporcionadas pelos remédios de beleza. São considerados eficazes na cura dos mais diversos males: “inflamações do couro cabeludo”, “peito caído”, “estômagos sujos”, “gazes fétidos”, “manchas”, “azedumes”, “catarrhos no útero”, “constipações”, “comichões”, “vermelhidões”, “anemia do rosto” (p.123). Também é recomendado às mulheres, “fingir” ser bela, “fingir” ter porte de rainha, cintura fina e voz

aveludada perante o homem amado. Para as mulheres que não eram mais virgens, também era recomendado que fingissem ainda o serem. Durante a noite de núpcias, a não-virgem deve oferecer uma certa resistência ao noivo ao se despir e ao abrir as pernas, não se esquecendo de gritar no momento em que se daria a defloração. (Camacho apud Sant`Anna, 1995).

Entretanto, equilibrando-se entre as demandas dos tradicionalistas e dos vanguardistas, as mulheres nas décadas de 1910 e 1920, conseguiram se organizar fundando organizações, partidos, fundações e institutos cujo propósito era defender os seus direitos e exigir modificações políticas e sociais, relata Oliveira (2004). A autora continua analisando esse período, e considera que um movimento de grande importância para o Brasil – talvez o mais importante e conhecido no período das décadas de 1920 e 1930 – foi o liderado pela bióloga Bertha Lutz que, em 1918, fundou a “Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher”. Esta liga lutava pelo direito de voto da mulher e era comum apresentar reivindicações na imprensa. Mais tarde, precisamente em 1922, com o crescimento da Liga através da adesão de mulheres de vários estados brasileiros – em sua maioria mulheres de classe média e que tinham conhecimento dos movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos –, a organização passou a se chamar “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino” (FBPF).

Com os avanços políticos e sociais das mulheres, na década de 20, o Estado brasileiro passou a defender a formulação e execução de políticas públicas de proteção à maternidade e à infância, como ressalta Martins (2008). Há que se destacar a produção do saber especializado na maternidade e na infância, em particular a Puericultura, cujos defensores vinham, desde o final do século XIX, acusando o descaso das autoridades públicas com a infância e a maternidade pobres e as altas taxas de mortalidade materna e infantil no Brasil. No entanto, esse movimento não retrata “uma valorização da mulher enquanto cidadã, ou de uma concepção universalista de direitos, mas sim do enaltecimento da função maternal.” (Martins, 2008, s/p.). A autora sinaliza ainda que os livros escritos para a educação das mães eram manuais, ou seja, ensinavam de forma simplificada os conhecimentos atualizados da puericultura e da pediatria, mas seu objetivo principal era ensinar as práticas relacionadas ao cuidado cotidiano das crianças, transformando ações simples como o banho, a troca de fraldas e a preparação de um mingau ou sopinha em tarefas complexas, desdobradas em múltiplos movimentos e informações. Estes manuais não só ensinavam a cuidar de bebês e crianças pequenas, mas estabeleciam uma dicotomia entre o autor e a leitora, perceptível não só pelo tom imperativo e a voz ativa do médico-autor, mas pela construção discursiva da mãe leitora, passiva e paciente, aluna ideal para a recepção dos saberes especializados e autorizados dos médicos puericultores.

*Formuladores das leis e das políticas públicas tinham uma visão instrumental das mulheres, afinal era delas que as crianças nasciam e nascem, portanto, para ter sucesso na tarefa patriótica de salvar e preservar as crianças, era necessário olhar para as mães, protegê-las também. O problema é que ao olharem para as mães pobres os médicos, principalmente, não viam indivíduos marcados pela miséria, pelo abandono ou pelo estigma de uma gravidez fora do casamento, mas criaturas toscas, ignorantes, culpadas pela sua condição e de seus filhos. (Martins, op. cit., s/p.).*

Nos anos 50, a maternidade, o casamento e a dedicação ao lar faziam parte da “essência” feminina. Não havia possibilidade de contestação, o casamento era a “porta de entrada” para a realização feminina, e era almejado por todas as jovens solteiras. Bassanezi (1997) aborda a influência das revistas femininas na realidade das mulheres de classe média. “Jornal das Moças”, “Querida”, “Vida Doméstica”, “Você” e as seções para mulher de “O Cruzeiro”, promoviam os valores de classe, raça e gênero dominantes em sua época. O modelo de família era branca, de classe média, nuclear, hierárquica e com papéis bem definidos. Assim, à mulher cabia ser a companheira dócil e prestativa do marido, ser mãe promotora de proles saudáveis e “civilizadas”.

Fazia-se a diferenciação entre moça de família e moça leviana. De acordo ainda com Bassanezi (1997), as primeiras eram aquelas que se portavam corretamente, com gestos contidos, conservando sua inocência sexual, a virgindade vista como um selo de garantia de honra, não casar significando fracassar socialmente. De preferência não utilizavam bebidas alcoólicas, conversas ou piadas picantes eram impróprias, e deveriam impor respeito aos avanços masculinos. Seus desejos femininos não deveriam importar, o que valia eram as aparências e as regras. A honra desta mulher deveria ser defendida de todo e qualquer mal que pudesse acometê-la, para assim ela assumir de forma triunfal o seu verdadeiro papel na sociedade. Também eram valorizadas e buscadas na mulher características como a graciosidade, a meiguice, a delicadeza, o recato etc. Estas características serviriam como critério explícito, calcado no corpo, de distinção social e certificação de sua respeitabilidade enquanto moça de família (Oliveira, 2004). Vemos, então, o delineamento do campo onde se institui o que chamamos “papel tradicional da mulher”, ou seja, uma mulher que domina o espaço privado e dele não deve sair por dois motivos: o primeiro se refere à sua fragilidade física e moral e conseqüente possibilidade de “contaminação” por tudo o que existe de pior na sociedade; o segundo, a sua função de mantenedora da família, centro da civilização. Já as mulheres levianas permitiam intimidade física com homens, beijos ousados, abraços intensos e outras formas de manifestar a sexualidade. Serviam para namorar, mas não para casar. Essa garota fácil era também chamada de namoradeira, vassourinha ou maçaneta (que passa de mão em mão).

De acordo com Oliveira (2004), as estratégias de distinção social centravam-se não apenas na forma do corpo ou na graciosidade do comportamento, mas também os cuidados com a estética e com a moda assumem um papel decisivo neste momento. A boa aparência, além de facilitar o despertar do interesse masculino, garantindo maiores possibilidades de casamento, também auxiliam na distinção social, pois só as moças mais abastadas poderiam adquirir certos cosméticos e certas roupas que, em sua maioria, seguiam modelos franceses. Com o aprofundamento da crença no valor da educação como formadora do “novo homem” e da “nova mulher”, no momento em que essas mulheres se transformam em educadoras profissionais, transmitindo saberes legítimos na sociedade, podem começar a circular livremente pelas ruas, a obter dinheiro próprio e a produzir novos espaços legítimos de saber. De acordo com Bauer (2001), a identidade profissional de educadoras possibilitou uma transformação no comportamento das mulheres, que conquistaram sua emancipação. Aos poucos, iam ocupando todos os espaços de trabalho nas cidades, como empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, governantas, em escolas, escritórios, lojas, hospitais, asilos, além daquelas que circulavam pelas ruas como doceiras, vendedoras de cigarros e charutos, floristas e prostitutas. Como aponta Rago (1997), conquistavam enfim o espaço público. As idas aos festejos religiosos, que ocorriam durante todo o ano, se acentuaram, inclusive esses se configurando como espaços para enlances amorosos; também os namoros em locais públicos se tornam mais freqüentes, os pais acabam permitindo que suas filhas puras e ingênuas passem pelas ruas e praças de seu bairro acompanhadas por seus namorados; a ida a cinemas e bailes (quando há dinheiro) é permitida, além do aumento da freqüência feminina em festas como o carnaval. Com isso, a imagem da nação ancorada na honra dessas mulheres começa a se abalar (Oliveira, 2004).

O mundo passava por momentos difíceis, os anos 50 foram de muita discussão, muita contestação e alguns projetos. Tempos de crise e reorganização: palco ideal para mudanças. As duas Grandes Guerras Mundiais decepcionaram aqueles que, imbuídos do ideal de progresso contínuo e inexorável da sociedade, formado sobretudo no século XIX, tiveram que se deparar com os horrores e as atrocidades cometidas em nome do poder. A desorganização criada afetou significativamente todas as esferas da vida humana, e em todo o mundo, colocando em dúvida a capacidade das nações viverem em harmonia. A política, a ciência, a economia, as artes e todo o campo intelectual, em suma, a razão, supostamente considerados as ferramentas para a liberdade e o desenvolvimento, foram obrigados a reconhecer erros e pensar saídas e mudanças para a sociedade.

Esse panorama aparentemente turbulento, amorfo e estéril, no entanto, constituiu-se num campo fértil e frutífero no que tange à confecção de novas idéias e à reordenação das sociedades, o que pode ser confirmado pela observação de alguns fatores: a divisão

do mundo em dois grandes blocos antagônicos, o capitalista, representado pelos Estados Unidos, e o socialista, representado pela já extinta União Soviética, dando início a Guerra Fria; a criação da ONU, órgão multilateral responsável por zelar pela paz e pela segurança mundiais; a condenação do nazismo e das teorias racistas etc. Simultaneamente à crise era elaborada necessariamente uma crítica. Crítica e crise da sociedade em geral, dos valores liberais por séculos construídos a duras penas e então responsáveis pela sustentação teórica do mundo, principalmente aquele pensado sob a inspiração capitalista. A democracia, a liberdade, a igualdade, a moral, a religião, a ciência e o Estado laico e de direito, são alvos de contestação e de novas formulações, a um só tempo.

O terreno fica fértil para uma série de movimentos sociais questionadores do sistema. É nesse contexto que as mulheres trazem à tona todas as contradições por elas vivenciadas e questionam as raízes de uma sociedade falsamente baseada em princípios igualitários. Em seu texto, Oliveira (2004) aponta que o que se apresentava como desejo libertador para as mulheres era a possibilidade de transitarem pelas cidades e usufruírem os mesmos prazeres e direitos que os homens, isto é, elas queriam ir aos bailes, aos cinemas, ler livros considerados “imorais” para mulheres, poder votar e trabalhar sob as mesmas condições dos homens. Não podemos dizer, no entanto, que as reivindicações feministas atingiam a população feminina como um todo. Como bem descreve Oliveira (2004), as mulheres de classe baixa já usufruíam certa autonomia, pelo menos financeira. Porém, aparentemente de forma contraditória, consideravam-se mais próximas das classes abastadas quando submetidas ao papel e aos ideais tradicionais da mulher na sociedade, não se importando, se fosse o caso, de abandonarem seu emprego caso houvesse a exigência do marido de se dedicar ao lar. Dessa forma:

*As lutas em que se engajavam as mulheres das diversas camadas sociais também eram diferenciadas. Enquanto as mulheres de classe média e alta buscavam os seus direitos de cidadã, representados pelo direito de voto, as mulheres trabalhadoras lutavam por melhores condições de trabalho, não necessariamente ancoradas em um ideal de igualdade entre os sexos, mas, sim, muitas vezes baseadas nas idéias da fragilidade natural feminina, buscando proteção de sua integridade física na realização de sua atividade profissional. (Oliveira, 2004, p. 15).*

Mesmo com todos os avanços, até a década de 60 do século XX muitos ainda eram os preconceitos vigentes. A mulher era feita para o casamento e a maternidade, não deveria fumar em público, nem freqüentar bares ou boates desacompanhada de presença masculina. Assuntos políticos também ficavam restritos a redutos masculinos. A opinião pública em relação às mulheres versava sobre a “despoetização” do papel feminino na sociedade, sobre os efeitos que tal liberdade poderia causar sobre a ordem vigente. A

moda e os novos hábitos pervertiam a feminilidade, entendida como comportamento passivo, delicado e voltado para o lar, como analisa Oliveira (2004).

Já na década de 60, ocorre uma das transformações mais importantes na vida da mulher, com a entrada em cena da pílula anticoncepcional. A opção de ser mãe poderia ser livremente escolhida e assumida pelas mulheres. As taxas de natalidade diminuíram, como conseqüência o tamanho das famílias foi se reduzindo. Nas décadas que se seguiram, o silêncio mantido sobre o prazer sexual feminino foi rompido, e até mesmo revistas e programas televisivos passaram a abordar o tema. Fazer sexo deixou de ser uma questão moral, mas, sim, de bem-estar e prazer. Além disso, com o avanço da tecnologia e da sociedade de consumo, muitos produtos que a mulher precisava preparar em casa, passam a ser encontrados no mercado e a preço acessível, junto com os eletrodomésticos, como aspirador de pó, lavadora de roupa, geladeira, que vão facilitando o serviço doméstico.

*A percepção da identidade feminina mudou muito, tanto pela atuação de movimentos sociais feministas quanto pelo aumento da escolaridade. Se, até o final da década de 50, as mulheres acreditavam que seu papel era dentro do espaço doméstico, elas passaram a perceber que uma atuação fora desse espaço também é importante para a sua realização. (Bruschini, 2008, p. 8)*

A relação da mulher com o trabalho também sofre grande transformação, o trabalho feminino começa a ser percebido não apenas como um luxo ou como uma extensão do trabalho doméstico, tal como era visto o trabalho das educadoras na década de 1920, por exemplo. O aumento da mão de obra feminina, a partir da década de 1960, engloba interesses financeiros maiores, tanto para as organizações que as empregavam como para a manutenção da família, especificamente a família de classe média, pois a situação da mulher no campo ou na classe baixa era um pouco diferente (Oliveira, 2004). A mulher de classe média entra em cena com o objetivo de manter o status da família, atendendo às novas e crescentes necessidades da sociedade de consumo. O trabalho da mulher contribuía tanto para o amadurecimento desta, como para um aprofundamento da relação marido/mulher e maior desenvolvimento e autonomia dos filhos. Como relata Bauer (2001, pp. 136/137):

*(...) em 1962, o Código Civil eliminava, enfim, o princípio segundo o qual a mulher, ao contrair matrimônio, abria mão, por assim dizer, do direito de decidir sobre alguns aspectos fundamentais de sua condição de cidadã, como firmar contrato de trabalho sem autorização do marido, dispor de conta ou poupança bancária, opinar na fixação do domicílio, viajar para o exterior (...) o crescimento vertiginoso de matrículas femininas na universidade denunciava a queda de um reduto tradicional do patriarcado brasileiro: no mercado de trabalho não apenas se ampliava a presença feminina como também aumentava sua participação em áreas não-convencionais dos diferentes setores de produção.*

Foi também a partir dessa época (1960) que ocorreu a consolidação de inúmeros avanços culturais e sociais da mulher, como a criação dos primeiros Conselhos de Defesa dos Direitos da Mulher, o ingresso das mulheres nas Forças Armadas, na Academia Brasileira de Letras e no Poder Judiciário, redutos até então tipicamente masculinos.

Ainda assim, apesar das conquistas e da participação cada vez maior nas decisões sociais, nas agendas política e econômica, persistia uma série de preconceitos e estereótipos em relação às mulheres. Visões biologizantes ainda as colocavam como inferiores, relacionando instabilidades hormonais, sentimentalismos e um comportamento dócil em contraponto à postura masculina, como apontam Bruschini et alii (2008).

O início do feminismo brasileiro nos anos 70, foi marcado pela contestação à ordem política instituída no país desde o golpe militar de 1964. Tal movimento social marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver. Provocou transformações e rearranjos nas instituições sociais e políticas, assim como mexeu com hábitos e costumes cotidianos, ao ampliar o espaço de atuação pública da mulher, gerando repercussões em toda a sociedade brasileira. Representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres (Sarti, 2004).

A ONU declarou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, facilitando a construção de um cenário que vai dar visibilidade ao movimento feminista, oficializando o dia 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher. O objetivo principal era discutir a condição da mulher na sociedade e tentar eliminar as discriminações. Os grupos feministas inicialmente liderados por mulheres de camadas médias, intelectualizadas, articulam-se às organizações de bairro, reivindicando melhorias da infra-estrutura urbana básica, como água, luz, esgoto e asfalto. Dessa forma, pode mover politicamente as classes mais baixas a partir de uma identificação ao papel tradicional e social da mulher.

*Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava 'movimento de mulheres', expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses. (...) Os movimentos sociais urbanos organizaram-se em bases locais, enraizando-se na experiência cotidiana dos moradores das periferias pobres (...)* (Sarti, 2004, s/p.).

Definitivamente as mulheres conquistaram a autonomia profissional, a presença feminina afirmou-se com grande clareza no mercado de trabalho. Se em 1970 o índice de mulheres na população economicamente ativa era 26,3%, em 1980 esse número crescia para 47,6%.<sup>50</sup> Contudo, a dupla jornada de trabalho é um tema bastante pertinente em nossos dias, como nos sugere Del Priore (2001): a partilha das tarefas domésticas ainda é

---

<sup>50</sup> Dados contidos IN SENAI/RJ. Cidadania e ética; habilidades de gestão. Rio de Janeiro: GEP/DIPRE, 1999.

uma utopia, as mulheres consagram-se três vezes mais que seus companheiros às atividades domésticas. A autora chama a atenção para o fato da mulher ser obrigada a utilizar estratégias complicadas da “dobradinha infernal”. Considera grande a carga mental constituída pelo acúmulo das atividades profissionais, o trabalho doméstico e a educação dos filhos. No mesmo sentido, Neri (2008) aponta que como a gerência do espaço familiar não foi assumida pelo masculino:

*(...) assistimos à emergência de um discurso conservador de volta ao passado (nostalgia do tempo em que as mulheres ficavam em casa cuidando dos filhos), acompanhado de um movimento de incitação ao retorno da mulher ao espaço doméstico, tal como expresso pelo papa na sua última visita ao Brasil, conclamando o Estado a implementar políticas públicas de incentivo à volta das mulheres ao lar. (p. 06).*

Nos anos 1980, com a consolidação do movimento de mulheres no Brasil como força política e social, as mulheres passam a ser tema não só do mercado editorial, como também de pesquisas acadêmicas. A questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias e passa a ser visto como problema de saúde pública (Sarti, 2004). Como consequência dessas conquistas, há uma significativa alteração na Constituição Federal de 1988, que é a extinção da tutela masculina na sociedade conjugal, e com isso, uma grande modificação da condição da mulher.

Para a mulher solteira, todas essas transformações também foram de grande impacto. Tradicionalmente, uma mulher que não se casasse se tornaria uma “tia” ou “solteirona”, com todo significado pejorativo que tais palavras carregavam. As mulheres solteiras eram consideradas incompletas, mulheres que não realizaram a suprema tarefa feminina, representando um “peso morto” para as famílias. A sua única saída era cuidar dos filhos de outras mulheres, vivendo dos resquícios deixados pelas mulheres completas, casadas e com filhos. Com o advento dos ideais feministas que viam no trabalho uma forma de crescimento, amadurecimento e satisfação pessoal para a mulher, as “solteironas” acabam adquirindo um meio de realização que não passa pela constituição de uma família. Os valores mudam, e uma mulher realizada profissional e economicamente pode conquistar uma vida feliz. (Oliveira, 2004, p. 24).

As mulheres que trabalham fora conquistam também o aumento de suas relações sociais e passam a conhecer várias pessoas diferentes. A autora considera que este fato pode possibilitar uma futura escolha mais madura de um parceiro – ou a sua não escolha.

Já para as mulheres de classe baixa, a situação é completamente diferente. Para estas o trabalho não representa a possibilidade de liberdade, independência e escolha. Muito pelo contrário, é o tipo de trabalho que mais aprisiona do que liberta. O trabalho é um imperativo e nem sempre é o desejado. Em sua maioria são submetidas a péssimas

condições de trabalho, além de estarem constantemente sujeitas às investidas “amorosas” de seus patrões.

Marques (2008) ressalta que ainda hoje podemos ver na mídia uma série de reportagens que apontam desvantagens da natureza biológica da mulher, e reforçam a ideia de que é mais frágil e sujeita a enfermidades. Do mesmo modo que os comerciais de produtos de limpeza, possuem invariavelmente um apelo ao público feminino, deixando claro qual o lugar que ainda se espera que a mulher ocupe. Ou seja, o antigo papel da mulher ainda circula e permanece no imaginário social. Mesmo assim, o sentido primordial do movimento feminista é uma nova referência de ser mulher.

Nesse período, todas essas mudanças de comportamento, pensamento, sentimento e posicionamento social da mulher passam a ser representadas e observadas nos programas televisivos. Nas novelas, as mulheres ganham novos papéis, justamente para ilustrar essa nova subjetividade. Começam a ser veiculados também programas televisivos direcionados para o público feminino. São estas as expressões da nova imagem da mulher. O período que se segue é muito marcante neste ponto, as mulheres conseguem ganhar algumas batalhas, reivindicam e questionam publicamente o seu papel social, e deixam como marca um importante avanço na vida cotidiana da mulher do século XX. No entanto, já no século XXI muitas conquistas ainda se fazem necessárias.

*Em que pese os avanços do feminismo na conquista do espaço público, a condição feminina é ainda de extrema vulnerabilidade no que diz respeito à exclusão social, à divisão do trabalho, assim como à violência sexual. Essa discriminação ocorre em escala mundial, mas adquire feições dramáticas nos países do terceiro mundo, como o Brasil. (Neri, 2008, p. 07).*

Sarti (2004) enfatiza que as mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos, portanto, só podemos pensar o feminismo, dentro do contexto que lhe dá significado. A charge abaixo<sup>51</sup> ilustra muito bem o discurso vigente sobre a transformação da mulher. Aparentemente remetidos a um termo de conhecimento consensual, somos levados a admitir que o conceito “mulher” compreendido na charge possui mais de um sentido, capaz de distinguir a empregada da “madame”. Faz, assim, com que sejamos obrigados a pensarmos não na “mulher”, mas em “mulheres”, e questionarmos de que mulher estamos falando.



51

Considerando as mulheres como as principais personagens das mudanças estruturais em nossa sociedade, podemos observar com grande clareza que as revoluções femininas do século XX apontam para conquistas, mas também para armadilhas. A chamada nova ética para a mulher “pós-moderna” aponta para uma série de transformações que geram exigências que vêm a se somar às já incontáveis cobranças relacionadas ao sexo feminino. Ou seja, essa geração de mulheres pode ser vista como uma geração intermediária, uma geração que muitas vezes acaba sendo esmagada pelas novas cobranças relacionadas ao novo papel social da mulher.

Muitas autoras, como Sarlo (2000), Del Priore (2001), Sant’Anna (2001) e Moraes (2002) trabalham muito bem a questão da “pós-modernidade”. Num mundo onde se pode facilmente diagnosticar uma imensa “escassez de sentidos”, caracterizado por uma nação fraturada e empobrecida e pelo consumo desenfreado de objetos, não é de se estranhar a grande dominação da mídia e da publicidade, que nos bombardeia com imagens de eterna juventude, e a cobrança por mulheres jovens, belas e sadias. Da mesma forma, o envelhecimento, principalmente o feminino, é encarado em nossa sociedade como sinônimo de perda. No mesmo sentido, a mídia estabelece a perpetuação do poder masculino, observando que a imagem da mulher “madura” é absolutamente negativa se

---

<sup>51</sup> Charge de Hubert Carvalho Aranha datada de 1982, extraída do livro “Cidadania e Ética: habilidades de gestão”, uma publicação do Senai-RJ.

comparada à imagem masculina na mesma faixa etária, como se o glamour da mulher estivesse somente restrito à sua juventude.

A partir deste entendimento, as autoras apontam que as mulheres sonham com objetos que transformarão seus corpos, como uma ficção consoladora – adiar a velhice o máximo possível. Assim, próteses, substâncias sintéticas, suportes artificiais, entram no corpo durante intervenções que o modificam segundo as regras de um design perfeito. Não há limites para a mulher continuar magra, turbinada e vitaminada; vemos a identidade corporal feminina sendo condicionada não pelas conquistas da mulher no mundo público e privado, mas por mecanismos de ajustes obrigatórios. Assim, os corpos revelam o tipo de identidade que está sendo construída. Se nos anos 50 as revistas femininas ensinavam como a mulher deveria se comportar para “arranjar” um bom casamento, as revistas atuais utilizam argumentos publicitários, produtos de beleza e a medicina vulgarizada como mecanismos de controle do corpo feminino. Nossa sociedade fragmentou o corpo feminino, regulando seus usos, normas e funções. Como consequência desse culto exagerado ao corpo, o tormento da mulher atual é a balança e o espelho, fontes inesgotáveis de ansiedade e frustração.

Dentro deste imperativo da performance e da eficácia, os instrumentos e serviços criados para aumentar a saúde e embelezar as aparências desencadeiam o surgimento de dispositivos em relação ao funcionamento corporal, que simplesmente não existiam em outras épocas, como regimes e cirurgias plásticas. A atual valorização do corpo humano e o exacerbado “culto ao corpo”, apontam as características da sociedade contemporânea: silhuetas sempre de passagem, indivíduos reduzidos a turistas, consumidores vorazes de novidades, organismos liberados de seu patrimônio cultural e genético, incessantemente ameaçados pelo risco do descarte e do isolamento (Sant’Anna, 2001). A febre da velocidade cria liberdades novas, mas fabrica agonias singulares como o culto à velocidade e desvalorização da vida conduzida com vagar, passo a passo. Assim, ocorre uma diversidade imensa de aparelhos, serviços, publicações, roupas e medicamentos destinados ao aumento da sedução física e do prazer. Ao mesmo tempo, cria-se um grande horror à ociosidade, à doença, à feiúra e à velhice. O corpo eficaz é belo, jovem, saudável e milimetricamente calculado.<sup>52</sup>

As autoras citadas acima fazem um paralelo interessante entre as cidades e o corpo de seus moradores. Existe uma relação intensa entre os corpos e o espaço urbano, como se o modo de vida da cidade afetasse a construção dos corpos e vice versa. Analisando

---

<sup>52</sup> Devemos apontar ainda que o controle exacerbado não diz respeito só ao corpo, ou à beleza estética, nos dias de hoje torna-se extremamente importante o controle do humor e das emoções.

um pouco os espaços urbanos característicos da contemporaneidade, podemos observar o boom dos shoppings, com sua proposta espacial ditada pela estética do mercado, mantendo uma relação de total indiferença com a cidade que está à sua volta, esquecendo-se daquilo que o rodeia, um local onde a história está ausente, justamente porque etiquetas e marcas constituem sua paisagem. Sarlo (2000) afirma ainda que os shoppings podem ser vistos como monumentos de um novo civismo, local de exposição de todos os objetos sonhados, na medida em que sonhamos com as coisas que estão no mercado. Os espaços contemporâneos podem ser vistos como “megaparaísos do consumo”, onde os apelos são claramente dirigidos à beleza e à saúde. A relação com o corpo e o investimento estético ultrapassam as barreiras sociais, e podemos observar nos dias de hoje, mulheres da classe baixa com produtos Natura e Boticário, empresas com forte apelo na mídia televisiva.

Levi Strauss (1982) enfatizava que o corpo é um símbolo da sociedade. Assim, podemos pensar o mundo e suas vinculações sociais a partir da análise de seus corpos. Um corpo, que pertence, ao mesmo tempo ao indivíduo e à sociedade. Corpos modelados e programados a partir da abrupta imposição da norma presente na atualidade. Normas estas que acabam por gerar uma homogeneização cultural e a valorização do presente imediato e das performances individuais, trazendo como consequência o extremo individualismo.

*(...) Corpo enquanto representação, suporte de símbolos culturalmente produzidos e historicamente contextualizados. (...) É a partir de nosso corpo que agimos, que nos relacionamos com o mundo à nossa volta e conosco mesmos. Falar do corpo, portanto, é falar do sujeito. Falar da estética do corpo é falar de estética do sujeito e da sociedade. (Novaes, 2006, pp. 15/16).*

Nesse sentido, se historicamente a imagem da mulher estava relacionada à maternidade, na contemporaneidade, até a relação com a fertilidade passou a ocupar um outro lugar. O preço para ser magra, jovem e bonita, inclui em alguns casos o medo do que a gravidez pode trazer de "estrago". (Novaes, 2006). Ganhar peso, ficar com estrias ou com o peito caído, e assim, fugir do padrão estético normatizado, mesmo que por um curto período de tempo, pode ser bastante difícil para a mulher, como já nos apontam Brazão e Novaes (2010). Aqui cabe relativizar a forma como as mulheres pobres lidam com o corpo atravessado pela maternidade, já que continuam engravidando inúmeras vezes. Se na cultura atual, um dos maiores símbolos de inserção é ter o corpo da moda, e este passou a ser visto como passaporte para a felicidade, e a beleza se tornou um dever moral, quais os mecanismos estão sendo utilizados pelas mulheres pobres como forma de inclusão e construção de identidade? Como é construído o valor social da sua relação com o corpo/maternidade?

### 3.2 “Brasil, mostra a tua cara”: considerações sobre mulher e pobreza

*“Quem mora na favela não pode ter sonho.”*

(Edna Ezequiel, mãe de Alana, 12 anos, morta por uma bala perdida no Morro dos Macacos - favela do Rio de Janeiro)

De acordo com dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)<sup>53</sup>, a pobreza, em nosso país, tem sexo. A velha divisão sexual do trabalho se reestrutura e reforça a feminilização da pobreza, dos 1,3 bilhões de pessoas em condições de pobreza em todo o mundo, 70% são mulheres, segundo estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU). Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que a população feminina ocupada está concentrada nas classes mais baixas. A proporção de homens com rendimentos de até 2 salários mínimos é de 55,1%, enquanto entre as mulheres, esta proporção alcança 71,3%. No entanto, quando se considera a classe de rendimentos superiores a 5 salários mínimos, a situação se inverte completamente. 15,5% dos homens têm rendimentos nessa faixa, e apenas 9,2% das mulheres. Podemos observar então, que a distribuição de renda ainda está subordinada à lógica hierarquizada de gênero.

Em todo o Brasil, no campo e na cidade, cresce cada vez mais o número de lares sustentados exclusivamente por mulheres. Elas, no entanto, continuam ganhando menos que os homens e enfrentando quase sempre sozinhas o desafio de conciliar maternidade, emprego e atividades domésticas. Segundo o IBGE, 28,8% das famílias brasileiras eram “chefiadas” em 2003 por pessoas do sexo feminino, índice que cresceu 23% nos últimos dez anos. Além disso, em pesquisa intitulada “Perfil das Mães Brasileiras”, a Fundação Getúlio Vargas (2005) identifica que o número de mães solteiras aumentou. Hoje, corresponde a 16% das mulheres grávidas enquanto que em 1970, por exemplo, representava apenas 2,7%.

O aumento da responsabilidade financeira das mulheres, no entanto, ainda contrasta com os grandes problemas enfrentados por elas no mercado de trabalho. Soma-se a isso uma carência de serviços públicos como creches, restaurantes e lavanderias comunitárias, além de uma cultura machista que ainda atribui à mulher toda a responsabilidade pela vida familiar e doméstica, dificultando seu crescimento profissional. Dessa forma, desenvolve-se em silêncio um fenômeno econômico e social

---

<sup>53</sup> Órgão com status de Ministério, vinculado diretamente à Presidência da República, criado em 2003.

que é encarado, no Brasil e em nível internacional, como um dos principais desafios deste milênio para os formuladores de políticas públicas: a feminização da pobreza.

Contrariando o que ocorre na maioria dos países, a mulher brasileira possui, de maneira geral, nível de escolaridade superior ao do homem. Uma radiografia das estatísticas sobre o mercado de trabalho, no entanto, mostra que tal vantagem não corresponde a maior valorização dentro do mundo profissional. Muito pelo contrário: atualmente, o rendimento médio das mulheres ocupadas no Brasil, segundo o IBGE, não chega a 70% dos ganhos masculinos. Além disso, são elas as mais atingidas pelo desemprego e as que mais se concentram em empregos precários e no mercado informal.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres coloca em análise a concentração da mão-de-obra feminina em determinados guetos profissionais, como as atividades de costura ou relacionadas ao cuidado de crianças e doentes, o que também colabora para a construção desse quadro negativo. Em geral, as mulheres tendem a ocupar espaços de trabalho pouco valorizados socialmente (recepção, telefonia, secretariado) ou cuja importância não se traduz em boas remunerações, a exemplo das professoras de educação básica. A Secretaria problematiza ainda que o mais significativo desses guetos é, de longe, o emprego doméstico. A categoria conta, atualmente, com cerca de 6 milhões de integrantes, quase 20% da ocupação feminina em todo o país, conforme afirma Bruschini (2008). Sua importância dentro do universo trabalhista da mulher, no entanto, contrasta com a baixa remuneração e as precárias condições laborais e de proteção social enfrentadas pelas profissionais. Para a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Creuza Maria Oliveira, esse tipo de emprego ainda guarda resquícios da relação casa-grande e senzala. "Cerca de 80% das empregadas domésticas trabalham sem carteira assinada, e boa parte delas ganha salários absurdamente menores do que o mínimo garantido pela Constituição", denuncia. Tais dados podem ser ilustrados nas relações trabalhistas trazidas pelas mulheres entrevistadas para a nossa pesquisa.

Outra faceta do preconceito sofrido pelas mulheres no mercado de trabalho, é que nos dias de hoje, diversas empresas ainda exigem exame de gravidez ou atestado de esterilização para contratar mulheres, prática expressamente proibida pela legislação. Além disso, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres relata também o constante desrespeito a garantias como o auxílio-creche e a licença-maternidade.

Apontamos acima problemáticas referentes à inserção da mulher no trabalho nas cidades, mas o quadro de empobrecimento das mulheres também vem atingindo a vida de milhões de trabalhadoras rurais. A questão do acesso à terra, principal fonte de conflitos sociais no campo, é caracterizada pela exclusão ainda maior no caso da mulher. A ausência de documentação, um problema crônico no mundo rural brasileiro, atinge com

especial ênfase as mulheres, fato que colabora para a invisibilidade das funções femininas e dificulta o acesso a benefícios como a aposentadoria rural, garantida a todos os que provem ter trabalhado 180 meses no campo.

A discussão proposta por Tânia Salem (1981), em seu texto “Mulheres Faveladas: com a venda nos olhos” tem como objetivo descortinar, com base nos depoimentos das mulheres entrevistadas, como era pensada e construída a identidade feminina nos estratos sociais mais baixos e construir o desenho de sua identidade social. Para tanto, utilizou a técnica da história de vida e fez sua pesquisa de campo com 17 mulheres moradoras da favela da Rocinha. Salienta que o pano de fundo de seu trabalho são as condições miseráveis vivenciadas por todas elas e a pequena margem de controle que essas mulheres afirmam ter sobre sua existência. No mesmo caminho, Bader Sawaia (1996) se propõe a discutir a “Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora”. Tal pesquisa tinha como objetivo analisar o processo de consciência das mulheres que viviam em condições subumanas e sofriam o desprezo público, para isso a autora realizou sua pesquisa de campo em uma favela da cidade de São Paulo.

Bourdieu (1992) se apropria do conceito de habitus para afirmar que o sujeito reproduz as estruturas externas das quais é, em última instância, o produto. Daí é constituída sua consciência social, ou seja, representações, auto-imagem e os recursos que aciona para explicá-las, que são alimentados por experiências socialmente demarcadas. As mulheres trabalhadas por Salem (1981) sofrem uma dupla determinação de opressão e subordinação, de classe e gênero. As ordens pública e privada ainda são vistas como específicas nas relações de gênero, como se o homem fosse feito para o público, o trabalho, a cerveja ou a cachaça com os amigos, os forrós nos finais de semana e a mulher para a vida no lar e o cuidado dos filhos. Como se os homens, e somente eles, fossem sujeitos de sua existência e portadores de vontade própria. Já a mulher se percebe, segundo Salem, vivendo em um “cativeiro”, como objeto da vontade dos outros, impossibilitada de agir livremente. Sawaia (1996) afirma que a imagem mais usada é a da prisão, cujas grades são as relações que compõem o cotidiano das pessoas que a representam, logo, as mulheres são atingidas tanto na sua integridade física quanto psíquica. Dessa forma, a família ainda é a esfera prioritária de identificação feminina.

*(...) o locus no qual sua identidade é gerada, construída e referida. Tal fenômeno se expressa, inclusive, no fato de a mulher só conseguir se definir na ou através da família – seja como filha, esposa ou mãe. (...) a inserção da mulher no mundo está sempre intermediada por figuras familiares – pai, marido ou filhos. (Salem, 1981, pp. 60 e 62).*

Sarti (2004) aponta que para as mulheres pobres, a questão ontológica de ser mulher se funda no valor da família e da localidade e a sexualidade inexistente como uma

realidade autônoma, com significação em si. A família torna-se um campo privilegiado para se pensar a relação entre o individual e o coletivo. Há que se pensar "(...) *a família como uma referência simbólica fundamental para a população pobre, que ordena o lugar dos indivíduos no mundo social como um todo (...)*" (Sarti, 2004, p. 13). Essa mulher se vê submetida aos pais, ao marido e também aos filhos. Seja pela vigilância ou pela perda de autonomia em virtude da responsabilidade na criação dos filhos, essa mulher vivencia um menor controle pessoal sobre sua vida e constrói sua identidade ligada e até mesmo confundida com a desses outros personagens, conforme salienta Salem. Podemos, dessa maneira, problematizar a gravidez precoce nas classes mais pobres e o grande número de filhos entre essas mulheres. Como se a maternidade lhes garantisse uma identidade. Recentemente ouvi dois relatos de duas adolescentes (14 e 15 anos, respectivamente) moradoras de uma favela em Pedra de Guaratiba, que pode ser entendido através desse viés. “*Engravidei porque é melhor apanhar de marido do que de padrasto.*” e “*Se eu não quisesse engravidar, tinha usado camisinha, né tia?!*” A fala dessas duas jovens mulheres reflete um posicionamento claro ao abordarem o tema da gravidez na adolescência, como se fosse, de fato, um projeto de vida, ou pelo menos, uma decisão frente à total falta de escolhas. Caracterizando, pois, uma ideologia da abnegação e do despojamento da própria vida em prol dos outros, paralelamente a sucessivas experiências de abandono que acompanham sua trajetória de vida. É comum considerarem o convívio com os pais como um privilégio de poucos, já que a separação precoce da família de origem por causa da falta de condições para o sustento de todos os filhos é recorrente, gerando, um grande fracionamento do grupo familiar e a desorganização do núcleo doméstico. (Salem, 1981).

Pode-se observar uma certa discriminação no mercado de trabalho sofrida por essas mulheres, e como conseqüência, uma acomodação à vida doméstica, já que “*arrumar emprego é bem mais fácil para os homens*”. Assim, pela dificuldade encontrada em dominar o universo extradoméstico, a mulher da classe pobre fica dependendo financeiramente desse homem, que “*pelo menos traz comida pra casa*”, culminando na pequena margem de controle dessa mulher por si mesma e numa conseqüente pobreza em suas vivências. Cada vez que o mercado de trabalho nega a inserção dessa mulher, leva-a de volta ao lar, reiterando a demarcação da fronteira entre masculino e feminino e reforçando o enclausuramento e o isolamento social da mulher favelada. Para manter a reprodução social, as atribuições continuam sendo determinadas a partir de uma diferenciação de gênero. Já que ao homem cabe a exterioridade e o social, o espaço doméstico, interno, privado continua sendo direcionado ao feminino. “Assim, de um lado, o marido provedor, de outro, as tarefas de cuidar (do marido, dos filhos, do lar), a

contracepção, a gravidez e a amamentação como responsabilidades femininas.” (Costa *et alli*, 2006, p. 374).

Essas mulheres, pela falta de outras formas de vivência, tendem, portanto, como enfatiza Salem, a privatizar as relações públicas, particularizando os vínculos com as patroas, médicos, assistentes sociais e psicólogas. As personagens extrafamiliares são convertidas em figuras de amparo e proteção. As relações se dão forma assimétrica, já que nem mesmo uma consulta no posto de saúde é entendida como um direito, os profissionais passam a ser vistos como caridosos e que estariam lhes prestando uma benesse.

*Em suma, quando essa mulheres se defrontam com o espaço da cidadania, este é, invariavelmente, retraduzido para termos privados, domésticos e personalizados. (Salem, 1981, p. 64).*

Um outro fator que impossibilita, ou ao menos dificulta a permanência dessas mulheres em uma atividade remunerada é a conjugação entre excesso de trabalho e continuar sem poder “ter as coisas”. Não há correspondência entre maximização dos esforços e os resultados decorrentes. Como provoca Sawaia (1996), um trabalho que deixa um gosto amargo na boca, ainda que estafante, redundando em nada para elas ou pra seus filhos. Ou seja, um trabalho sem sentido, que não cumpre sua função nem de evitar a fome. Existe uma grande desvalorização da mão de obra oferecida por elas, especialmente nas periferias da cidade. Em Pedra de Guaratiba, hoje, ainda podemos ouvir relatos de mulheres que recebem R\$ 20,00<sup>54</sup> por um dia de faxina, quando na zona sul da cidade, a diária não sai por menos de R\$ 60,00. “Isso evidencia, em última instância, que as coisas escapam às possibilidades de seu controle e que, portanto, o produto da ação individual é, em grande medida, ‘exterior’ a ela”. (Salem, 1981, p. 65). Temos que ressaltar que as mulheres mais jovens demonstram um horizonte de vida mais amplo, mais adaptado à vida na cidade grande, enquanto as mulheres mais velhas ainda parecem lidar com o mundo embasadas por uma cultura construída na zona rural, com uma visão patriarcal.

Ao mesmo tempo em que os favelados tendem a se perceber como um todo homogêneo e indiferenciado, em contraposição aos “ricos que moram no asfalto”, ou “aqueles que moram nas casas boas do bairro”, existem critérios de diferenciação dentro do grupo de favelados. Num meio efetivamente caracterizado pela miséria e pela sujeira, alguns se esforçam para demonstrar um padrão de vida e de dignidade para contrabalançar com a pobreza em que estão imersos, afirma Salem (1981). Esse apontamento me remete imediatamente a uma das mulheres entrevistadas por mim,

---

<sup>54</sup> O salário mínimo para empregadas domésticas, no Rio de Janeiro, desde Janeiro de 2010 é de R\$ 581,88.

Mônica, que apesar de morar num barraco de madeira, era todo pintado de rosa, com muitos tapetes cobrindo o chão de terra. De acordo com as autoras trabalhadas, para essas mulheres, a pobreza em que estão inseridas, muitas vezes é percebida como barreira quase intransponível que deve ser enfrentada em uma sociedade rigidamente estratificada.

Outro ponto abordado por Salem foram os saldos positivos advindos da migração, já que todas as mulheres estudadas pela autora eram naturais de outros estados, em sua grande maioria de área rurais, que vieram “tentar a sorte” no Rio de Janeiro. Na pesquisa de Salem, o tempo de moradia no Rio variava entre a seis meses e 37 anos, mas todas conseguiam perceber um maior padrão de consumo e a maior escolarização dos filhos. Tais fatos eram percebidos como um antídoto contra a desesperança, num cotidiano marcado por uma luta permanente e a grande exigüidade de recursos disponíveis. Percebemos histórias de precárias condições de existência devido à carência material a níveis insuportáveis. Nos relatos dessas mulheres, é evidente o discurso de que não tiveram infância, ou tiveram uma infância marcada por fome e espancamentos, grande miséria e trabalho pesado, somado ao pouco ou nenhum acesso ao estudo. Dessa forma podemos entender porque a adolescência não tem qualquer existência em seu universo, não promove nenhum corte significativo na vida (Salem, 1981). Vale notar que todas deixam claro que só puderam obter essa perspectiva ao virem para o Rio de Janeiro, como se nas regiões mais pobres do nosso país, não fosse valorizado o estudo para o público feminino, e como se a falta desse não tivesse grandes interferências na vida prática.

*Desde pequenas, essas mulheres sofrem a falta de amparo externo real (falta de controle absoluto sobre o que ocorre) e a falta de amparo subjetivo (falta de recursos emocionais para agir). (Sawaia, 1996, p. 158).*

A divisão do trabalho parece ser menos rígido na zona rural, homens e mulheres e até crianças cortam cana, trabalham no bambuzal ou na carvoaria e catam caranguejos. No entanto, quando os assuntos são as tarefas domésticas e o cuidado dos irmãos menores, não há dúvida de quem é a responsabilidade de exercê-las, sempre cabe exclusivamente às mulheres.

O casamento passa a ser visto então como se fosse a única possibilidade de “melhorar de vida”. Já que para as mulheres solteiras, os pais ou patrões costumam se apropriar de seu trabalho.

*O anseio mais recorrentemente expresso diz respeito a diminuir a intensidade do trabalho ou, em termos ideais, restringir-se ao trabalho na esfera doméstica. Visto sob outro ângulo, isso reporta à aspiração de trabalhar para si, isto é, de poder controlar tanto o ritmo quanto o produto de seu trabalho. (Salem, 1981, p. 73).*

Nesse sentido, o casamento pode ser visto como uma estratégia, mais ou menos consciente com o objetivo de obter um maior controle sobre sua existência, como se

alcançasse o status de uma “libertação”. “Ser dona do próprio nariz”, e ainda alcançar a estabilidade das relações afetivas parece nesse momento e nessas circunstâncias de vida bastante sedutor. Já que cuidava dos irmãos mais novos, a maternidade também possibilita a essa mulher deixar o papel materno que lhe foi delegado, e assumi-lo como definitivamente seu. Obviamente, acontecerá com o marido a reprodução das relações vivenciadas até então, e cabe a ele o papel de fazer a interação entre a mulher e o mundo. Assim como a mulher responsabiliza o homem por todos os infortúnios que lhe acontecem. A relação homem/mulher nas classes mais pobres, mais parece tutelar/tutelado. Até mesmo o corpo dessa mulher passa a ser propriedade do marido, e as relações sexuais uma obrigação da vida de casada. (Salem, 1981). A mulher, na grande maioria dos casos, fica restrita à vida do lar e se isenta de responsabilidades no que tange ao fracasso do mundo externo, como se fosse somente obrigação do marido arrumar emprego e trazer dinheiro para as compras. Por sua vez, neste grande círculo vicioso, existe uma grande resistência e em alguns casos, até mesmo a proibição por parte do marido para que a mulher exerça uma atividade remunerada. Geralmente, essas mulheres não costumam tomar decisões de romper um casamento. A união, muitas vezes insatisfatória, assegura de algum modo, sua subsistência e a de seus filhos. De acordo com análise de Salem (1981), quando acontece de serem abandonadas pelos maridos, o que é bem freqüente, declaram que se sentem no auge do desespero, como se não fosse possível sobreviver a esta situação, ou seja, do papel feminino exercer o de chefe de família. Esse posicionamento caracteriza uma falta de condições de uma sobrevivência independente, agravado pelo estado de apatia e o sentimento de total falta de controle sobre seu destino.

*Adquiriram, nas relações sociais cotidianas, a certeza da impossibilidade de conquistar o objetivo desejado e desenvolveram a consciência de que nada podem fazer para melhorar seu estado. Desde cedo, aprenderam que lutar e enfrentar é um processo infrutífero e, as que ousaram, receberam como prêmio mais sofrimento. (Sawaia, 1996, p. 158).*

Quase trinta anos depois da pesquisa realizada por Salem, podemos observar no trabalho de campo, que a dificuldade em romper com os relacionamentos amorosos ainda persiste. No entanto, não podemos deixar de considerar um aumento significativo de famílias, em todas as classes sociais, chefiadas por mulheres. Mesmo assim, ainda comportam-se como se o rumo de sua existência fosse exterior a ela. A consciência de que nada podem fazer para melhorar seu estado é a cristalização da angústia, gerando assim, um estado letárgico de apatia, que vai ocupando o lugar das emoções até anulá-las totalmente. (Sawaia, 1996, p. 159). Primo Levi (1988) traz à tona a figura dos "muçulmanos" dos campos de concentração nazistas, o que muito me lembrou algumas

mulheres com que me deparo no dia a dia do meu trabalho. "Tudo já lhe é tão indiferente, que não tenta fugir ao trabalho e às pancadas, nem procurar comida. Executa todas as ordens que recebe; é provável que, quando for enviado à morte, ele vá com essa mesma absoluta indiferença." (p. 42).Essa mulher ocupa um estado de tristeza passiva, que a impede de caminhar, agir, sair da inércia, ou até mesmo se perceber como tal. Sua auto-imagem é construída e apoiada na fragilidade, na passividade e na impotência. "Uma subjetividade desapaixonada, descompromissada com a vida, desimplicada com o mundo." (Vega apud Zamora, 2008, p. 112). O mundo é descrito a partir de uma perspectiva masculina (Bourdieu, 1999), portanto ainda não existe a equivalência entre os gêneros.

*(a mulher) não se afirma como sujeito de sua existência, não realiza sua identidade como ser humano, não existe para si mas para e através dos outros. (...) Residiria aí a especificidade da condição feminina: de sua vocação adscrita de reprodutora decorreria sua dependência e subordinação ao homem no interior da família, correlatamente, sua ausência efetiva ou discriminação na esfera da produção e da vida pública. (Salem, 1981, p. 93).*

É comum entre essas mulheres, rapidamente se dar a constituição de um novo vínculo marital, com mais filhos desse novo homem. Diferentemente das classes média e alta, existe enorme dificuldade por parte das mulheres pobres em recorrer ao direito para garantir a participação do ex-marido no sustento dos filhos. Raramente observamos a legalização de pensão alimentícia, cabe ao homem, portanto, decidir como e quando contribuir para a criação dos filhos. Como aponta Salem (1981), nesses casos, existem relatos de que quando um casamento fracassa, o filho acaba se tornando um “fardo” ou um “castigo” para essa mulher. Ou, num outro extremo, o filho, normalmente o mais velho, ocupa o lugar de homem da casa, e fica com ele a responsabilidade do sustento da mãe e dos irmãos mais novos, assim como este passa a ser o tutor da mãe e a definir o que esta deve ou não fazer. Facilmente essa mulher troca o homem a quem deve obediência. Observamos então, que a relação com o homem contamina a avaliação feminina da maternidade.

*(...) sua identidade está inextricavelmente atada, confundida ou ainda anulada em favor dos filhos. (...) Mesmo as situações mais corriqueiras ilustram a imagem do que é, para essas mulheres, ser mãe. Quando elas compartilham o sustento da casa com o marido, a renda por elas auferida destina-se sempre aos filhos, sobretudo para roupas, calçados e material escolar. Não são infreqüentes afirmações do tipo ‘meu marido nunca teve despesas com filho para nada, tudo é comigo’, seguidas por ‘com o dinheiro dele a gente faz as compras de comida e paga as prestações’. Ou seja, da mesma forma que ela se exime de qualquer responsabilidade frente ao mundo extradoméstico, ela tenderá a obscurecer, para si mesma e tanto quanto puder, a participação do homem na reprodução quotidiana da prole. (Salem, 1981, pp. 84 e 85).*

Zamora (2008) questiona quais as possibilidades de resistência dos "corpos da vida de gado, como poderiam essas mulheres se deixarem atravessar por outras forças do mundo, agüentar as intensidades da vida e vibrar com elas, dar lugar às experimentações, sem produzir um corpo para a morte?" (p. 113).

A partir desse questionamento, tona-se necessária a problematização de outro fator bastante comum na vida das mulheres moradoras de Pedra de Guaratiba. A forte presença da violência, em seus diferentes níveis. A privação social, que provoca uma experiência de exclusão e falta de garantias dos direitos mais fundamentais. E que muitas vezes, traz como conseqüência a convivência com outro tipo de ordem, imposta por traficantes ou milicinas, uma ordem que aliena, que impõe na prática o "manda quem pode e obedece quem tem juízo". E a violência doméstica, resultado de uma grande desigualdade entre os gêneros, ainda presente em nossos dias. Soares (1999), cita uma pesquisa realizada em 54 países pela Sociedade Mundial de Vitimologia da Holanda, com 138 mil habitantes, que traz como resultado o Brasil, o país que mais sofre com a violência doméstica. Aproximadamente 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a esse tipo de violência. No Censo realizado pelo IBGE no ano 2000, 11% das mulheres acima de 15 anos, ou seja, o equivalente a 6,8 milhões de mulheres afirmaram que foram espancadas pelo menos uma vez na vida.

Ainda de acordo com Soares (1999), há que se considerar que o estresse associado à pobreza gera tanto um quadro de violência quanto a alcoolização. O uso abusivo de álcool e outras drogas também atua como um facilitador para atitudes violentas, o que esclarece de certa forma o alto índice de violência doméstica presente nas mulheres pesquisadas por nós. Podemos observar nas classes mais pobres um outro agravante, a aceitação da legitimidade do comportamento violento como "natural" do sexo masculino e presente nas relações de gênero. Segundo registros da Coordenadoria Especial de Políticas para Igualdade de Gênero do Município do Rio de Janeiro, outro fator que ilustra tamanha desigualdade é que o estupro no casamento ou em relações estáveis foi rejeitado por muitas décadas, sob a alegação de que o homem estava autorizado a utilizar o corpo de sua mulher quando de seu desejo. Ainda hoje, esse discurso pode ser observado na fala de algumas de nossas entrevistadas.

Outro dado trazido pela Coordenadoria Especial de Políticas para Igualdade de Gênero do Município do Rio de Janeiro, afirma que o Banco Mundial (BID) revela em seus estudos que a violência intrafamiliar representa quase um ano perdido de vida saudável em cada cinco mulheres de 15 a 44 anos e ocupa peso similar à tuberculose, ao HIV, aos diversos tipos de câncer e às enfermidades cardiovasculares.

Quais são, então, as formas de enfrentamento construídas por essas mulheres? Se nos relatos de nossas entrevistadas houve uma grande incidência de mulheres vítimas de violência, algumas já demonstram se apropriar de algum tipo de respaldo oriundo de políticas públicas que visam o empoderamento da mulher e o combate à desigualdade entre os sexos.

Nos depoimentos colhidos por Oliveira (2005), a convivência cotidiana com os perigos do território parecia promover a construção de recursos de defesa para a administração dos riscos. Estar alerta, não manifestar confronto, obedecer às ordens dos traficantes, separar-se do companheiro traficante após um sinal de aumento de risco, conviver com as regras do tráfico e da criminalidade, em especial com as fugas após juramentos de morte e a submissão à violência doméstica foram circunstâncias trazidas como formas de lidar com os perigos daqueles ambientes. Dessa forma, os recursos construídos por elas denotam a grande vulnerabilidade em que se encontram as mulheres pobres em nosso país.

A aprovação da Lei 11.340/06, batizada de Lei Maria da Penha, representa um marco histórico para o estudo da violência contra a mulher. Passou a vigorar em 22 de Setembro de 2006 e foi criada com o objetivo de coibir todas as situações de violência cometidas contra a mulher, fundamentada pelo artigo 226 da Constituição Federal de 1988, pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher.<sup>55</sup>

Um outro ponto importante é que a Lei Maria da Penha lança à sociedade um novo conceito de família, à medida que também resguarda mulheres que vivem alguma forma de violência nos relacionamentos homoafetivos.

Conforme nos traz Aquino (2009), de acordo com uma pesquisa realizada pelo DataSenado, seis meses após a aprovação da Lei 11.340/06 (Maria da Penha), verificou-se que apenas 15% das entrevistadas declararam espontaneamente que já sofreram algum tipo de violência. O baixo índice dá-se pelo fato da resistência que as mulheres enfrentam para denunciar os seus agressores; até que se sintam encorajadas a denunciar, agem como se aceitassem os excessos e como se esses aparentassem um cunho natural nas relações domésticas, oriundas do papel da mulher na sociedade. Os baixos índices de denúncia demonstram a dificuldade da sociedade e do próprio Estado em lidar com essas questões que ainda estão muito ligadas ao ambiente privado. Faz-se necessário a quebra de

---

<sup>55</sup> Mesmo com todo o avanço no campo político, durante a finalização deste trabalho, uma das notícias que mereceu mais destaque em todo o território nacional, foi o desaparecimento de Eliza Samúdio, ex-namorada de um dos ídolos do futebol brasileiro. O goleiro Bruno, do Flamengo, é o principal suspeito da morte, com requintes de crueldade. Vale ressaltar que oito meses antes do ocorrido, Eliza deu queixa na Delegacia de Mulheres alegando agressões físicas e ameaça de morte.

paradigmas, para que a mulher sinta-se incentivada a denunciar seu agressor. Para tanto, a intensificação da promoção de campanhas que divulguem os direitos das mulheres, tornar-se-ão fortes aliados para encorajamento às vítimas de abusos domésticos. Para corroborar com essa solução, a mesma pesquisa constatou que 76% das entrevistas consideraram que a mídia tem um papel fundamental para o combate à prática da violência contra a mulher. Não se pode, no entanto, concluir que o ato da denúncia torna-se o marco definitivo para o processo da violência. Pensando dessa forma, de acordo com Soares (1999), se estaria negando a existência do ciclo da violência:

*(...) a violência tem seu ritmo próprio e, dentre os inúmeros motivos que levam uma queixante a retirar a queixa contra o acusado, figura em um particular: romper o ciclo da violência é um processo prolongado e, por natureza, cheio de hesitações. (...) É ignorar a dinâmica das relações abusivas. É imaginar que, para a vítima, seu casamento, sua família e sua história tenham o mesmo significado de um assalto sofrido na esquina por um ladrão qualquer. (p. 224).*

Ainda de acordo com Soares, os números de denúncia não são as únicas barreiras que se tem que enfrentar para aprofundarem-se verdadeiramente os índices da violência doméstica contra a mulher. A precariedade nas condições de funcionamento vislumbrada nas Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAMs) faz com que insiram algumas frustrações quanto aos serviços prestados às vítimas. É importante ressaltar que as DEAMs foram criadas, na década de 80, com o intuito de fornecer às mulheres vítimas de violência um atendimento digno e respeitoso, raramente encontrados nas delegacias tradicionais, e que no ano de 2010, já temos 320 DEAMs em todo o território nacional. Nesses ambientes, as mulheres encontrariam, não apenas um tratamento melhor, mas um atendimento especializado, que deveria proporcionar um espaço humanizado e acolhedor para as vítimas dos abusos intra-familiares.

A Lei Maria da Penha traz em seu conteúdo uma série de medidas protetivas que tem por finalidade absoluta assegurar à mulher o direito a uma vida sem violência. Essas medidas são imediatas, cabendo à vítima, no momento em que realiza o registro do delito, que deixou de ser de menor potencial ofensivo, solicitar a adoção das medidas de proteção que sejam pertinentes ao caso concreto.

A nova legislação possibilitou ainda a criação de Juizados Especiais de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar e promoveu o incentivo à pesquisa e estudos com perspectivas de gênero, raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à frequência da violência doméstica. Trouxe, também, com a sua efetivação a garantia de um atendimento e assistência à mulher em situação de violência doméstica, humanizado, qualificado e que possibilite a retomada da cidadania e da dignidade, perdidas com os atos de violência, através do incentivo à criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar de atendimento às vítimas e de educação e

reabilitação para os agressores, conforme registros da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Desde o ano de 2001, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro participa da campanha do 25 de Novembro, Dia Internacional do Não à Violência contra a Mulher, promovendo intensa mobilização nos órgãos públicos e junto à toda a sociedade civil para denunciar toda forma de violência contra a mulher e esclarecer sobre locais de assistência. Também no ano de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei que instituiu 2004 como o Ano da Mulher no país, iniciativa que impulsionou diversas atividades destinadas a estabelecer condições de igualdade para a inserção feminina na sociedade.

Outro dado que revela a desigualdade entre os gêneros presente em nosso país, é que apesar da conquista de novos espaços políticos, as mulheres são minoria em todos os níveis de governo no Brasil. Nas eleições de 2002, apenas 8,6% das cadeiras da Câmara dos Deputados foram preenchidas por mulheres. Segundo o relatório "A Democracia na América Latina", divulgado em 2004 pela Organização das Nações Unidas (ONU), num ranking de 18 nações da América Latina, o Brasil perde apenas para a Guatemala, cuja representação feminina foi de 8,2% nas eleições de 2003, e para Honduras, que em 2001 elegeu mulheres para 5,5% das cadeiras. São números sensivelmente menores que os de países como Suécia (45,3%) e Noruega (38,2%), considerados dos mais igualitários no que diz respeito a direitos e oportunidades entre os sexos.

### **3.3 “Por que tantos filhos?": maternidade nas classes populares**

*“Quando, seu moço  
Nasceu meu rebento  
Não era o momento  
Dele rebentar  
Já foi nascendo  
Com cara de fome  
E eu não tinha nem nome  
Prá lhe dar.”*  
(Chico Buarque)

A importância da discussão desse tema foi apontada por Costa *et alli* (2006), alegando que no cenário mundial do século XXI, a propagação do tema da reprodução em

jornais de grande circulação, com manchetes que destacam o aumento de fertilidade na favela, bem como a maior taxa de natalidade entre adolescentes nas camadas populares, ilustrada por dados do IBGE, que comprovam que entre 1991 e 2000, no grupo de 10 a 14 anos aumentaram em 93,7% o número de gravidezes, ou seja, foram 20.632 crianças e adolescentes estreando na condição de mães. Entre as mães estreantes de todas as idades, prevalecem as que vivem em famílias pobres: 46,7% têm renda mensal familiar de no máximo três salários mínimos. Existem ainda 15,2% que não declararam qualquer rendimento da família. Entre as jovens de 15 a 19 anos, o aumento foi de 41,5%, na década de 90. Do total de 1,3 milhão de mulheres que tiveram o primeiro filho em 2000, 38,6% tinham entre 10 e 19 anos. As mães adolescentes são em geral pobres, com baixa escolaridade e nem sempre contam com a presença do pai de seus bebês. De cada dez mulheres que tiveram o primeiro filho no ano 2000, quatro tinham menos de 20 anos de idade. A faixa etária com o maior número de mães de primeira viagem é de 15 a 19 anos - 476.871 jovens.

Tais fatos vêm gerando debates e tensões entre diferentes setores da sociedade. Todos nós lembramos da recente declaração de Sérgio Cabral Filho, Governador do Estado do Rio de Janeiro, sobre a necessidade da ligadura de trompas das mulheres moradoras da favela da Rocinha, como se tal território fosse “uma fábrica de fazer marginais”. Dessa forma, precisamos pensar a maternidade enquanto fenômeno social e consequentemente como uma construção sócio-histórica.

Afirmativas como a feita pelo nosso Governador, trazem para análise uma questão bastante pertinente, a recorrência da naturalização como base do processo de medicalização do corpo feminino. A partir da década de 80, pesquisadores começaram a relacionar as dificuldades de acesso e de utilização de métodos contraceptivos, especialmente em áreas mais pobres, sendo supridas pela esterilização. Esses estudos mostraram que o uso de métodos contraceptivos reflete desigualdades sociais e sexuais. Costa et alli (2006) ressaltaram que a esterilização cirúrgica é o procedimento de controle de fecundidade que mais vem sendo utilizado no Brasil. Da mesma forma que ocorre a naturalização da gravidez e da maternidade, como se fossem questões arraigadas à condição feminina, a ligadura de trompas também está se cristalizando como uma etapa da vida das mulheres pobres. A história da maternidade, contada por Martins (2008), nos faz entender a construção das políticas públicas brasileiras a partir do determinismo naturalista e a normatização médica que construíram, com seus métodos e teorias, um modelo de mulher fundado na anatomia e na fisiologia, com importantes desdobramentos morais e políticos para as mulheres, encerrando-as nos estreitos limites da esfera doméstica.

*Esta experiência tão des-historicizada, tão associada ideologicamente a uma essência natural do feminino, é significada politicamente pelos saberes que a definem e normatizam, pela política do Estado que a re-significa no interior de uma série de discursos. (Martins, 2008, s/p.).*

O risco social, discurso normativo predominante na saúde pública, traz implícito uma interpretação de que a gravidez nas mulheres das classes populares resultaria da precariedade e da falta de acesso aos serviços de saúde. Gontijo e Medeiros (2004) entendem que essa forma de posicionamento embasa um reforço à marginalidade. Mitjavila (2002) também faz uma análise sobre a emergência e o desenvolvimento de um novo padrão de medicalização da maternidade, e aborda a questão através de cinco eixos: a construção de novos discursos médico-sanitários em torno da maternidade, baseada na lógica do risco; o ressurgimento de fundamentos eugênicos para embasar o controle da natalidade entre as mulheres dos setores em situação de pobreza nos contextos urbanos; a introdução de discursos sobre desigualdades baseadas nas relações sociais de gênero para a aplicação das novas tecnologias medicalizadoras; a atribuição das causas da morbimortalidade infantil aos próprios atributos morais e comportamentos das mulheres pobres em idade reprodutiva; a divulgação de princípios básicos de categorização social do que é considerado um exercício normal da maternidade, fazendo lembrar a atuação dos puericulturistas na década de 20 do século passado.

*(Está ocorrendo a) formação de uma cultura na qual esta cirurgia passa a ser vista como fenômeno corriqueiro da vida reprodutiva. A esterilização, então, instala-se definitivamente como momento natural, ponto de chegada da experiência reprodutiva feminina. (Costa et alli, 2006, p. 373).*

Considerando as formas de intervenção tecno-política sobre o comportamento reprodutivo da classe pobre, num contexto sociopolítico de perda dos suportes coletivos e da incapacidade do Estado para administrar a questão social, observamos os agentes de saúde, muitas vezes, tomarem para si a responsabilidade de determinar a adequação do número de filhos da mulher pertencente às classes populares, reduzindo ao mínimo possível os nascimentos. Mitjavila (2002) problematiza que tais práticas vêm respaldadas por discursos que concebem a própria mulher como fonte de perigos ou ameaças, no sentido de contribuir para a reprodução "ampliada" da pobreza, e identificam na "cultura da pobreza" a falta de conhecimentos, atitudes e comportamentos que se consideram necessários para a proteção das crianças perante os perigos para a saúde e a conservação da vida. Em contrapartida, os mesmos dispositivos de saúde que impõem, de certa forma, a ligadura de trompas, lida de forma extremamente precária quando o assunto é o aborto. Guareschi et alli (2007) apontam que a internação de mulheres por curetagem pós-

aborto induzido equivale a 46% das internações maternas<sup>56</sup>. Mas, apesar dos índices tão elevados, o aborto ainda é um tema de difícil visibilidade em nosso país. De acordo com as autoras acima citadas, por volta dos anos 60, começou uma preocupação da sociedade jurídica na elaboração de leis contra as práticas abortivas. A emancipação feminina e todos os movimentos sociais possibilitaram que a discussão sobre o aborto<sup>57</sup> se tornasse pública, no entanto, em virtude da Ditadura Militar, na década de 70, no Brasil, esse assunto foi silenciado. Somente com a transição para a democracia, o aborto e a sexualidade voltam a ser prioridade na agenda feminista. Ainda assim, por muita resistência da Igreja Católica, permanece sendo um tema bastante espinhoso. É por isso que, conforme relatam Guareschi et alli (2007), na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, o aborto foi reconhecido como grave problema de saúde pública. Pudemos ilustrar esse dado com as 14 mulheres entrevistadas para nossa pesquisa e a repetição de histórias de abortos ou tentativas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a media é de um abortamento inseguro<sup>58</sup> para cada sete nascidos vivos. Na América Latina e Caribe há mais do que um abortamento inseguro para cada três nascidos vivos. No Brasil, o abortamento inseguro representa a quarta causa de mortalidade maternal e a segunda causa de internação obstétrica.

Apesar de proibido em nosso país, o aborto é amplamente praticado. Se as mulheres da classe média e alta quando resolvem interromper uma gravidez não desejada, recorrem a clínicas que cobram preços muito altos por essa prática, com as mulheres pobres a situação parece ser bem mais complicada. Muitas vezes, observamos danos à saúde da mulher e em casos mais extremos, até mesmo a morte como consequência de tentativas de aborto. Tal fato é demonstrado pelo número de internações no Sistema Único de Saúde para procedimentos cirúrgicos pós-abortamento. *“A prática do aborto inseguro, especialmente, evidencia as diferenças socioeconômicas, culturais e regionais diante da mesma ilegalidade do aborto.”* (Adesse et alli, 2008, s/p.). Conforme declaração do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas, a tipificação do aborto como delito não desestimula a mulher de se submeter ao aborto. Pelo contrário, incentiva as práticas de risco. Adesse et alli (2008) citam a pesquisa de Singh e Wulf, sobre a prática do aborto em seis países da América Latina

---

<sup>56</sup> Considera-se internação materna todo e qualquer motivo que leve a mulher a buscar auxílio médico a partir da vigésima semana de gestação e que exija hospitalização.

<sup>57</sup> No Brasil, a partir de 1890, introduziu-se a punição em caso de prática de aborto sendo considerado crime pelo Código Penal -, com ressalvas aos casos de estupro ou quando não houvesse outro meio de salvar a vida da gestante, casos em que se permite o procedimento.

<sup>58</sup> Segundo a Organização Mundial de Saúde, um abortamento inseguro é um procedimento para terminar uma gravidez indesejada realizada por pessoas sem as devidas habilidades ou em um ambiente sem os mínimos padrões médicos, ou ambos.

(Brasil, Colômbia, Chile, República Dominicana, México e Peru), onde relacionam algumas destas práticas de maior risco: trauma voluntário (quedas, socos, atividades físicas excessivas etc.), substâncias cáusticas inseridas na vagina (cloro, cal, sais de potássio), objetos inseridos no útero (cateter, objetos pontiagudos como arame, agulhas de tecer, cabides).

Segundo estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1998), anualmente 22% das gestações (mais de 46 milhões) são interrompidas com abortos induzidos. Isso equivale a 6.850 abortos ao dia e 5 abortos por minuto, só em nosso país.

*A cobertura insuficiente de medidas anticoncepcionais resulta em gravidezes indesejadas, levando mais de um milhão de mulheres por ano a se envolver em situação de abortamento inseguro no Brasil, com complicações graves como hemorragias, infecções, perfuração uterina, esterilidade e muitas vezes terminando em morte materna. (Adesse e Levin, 2008, s/p.).*

Como apontam os estudos de Guareschi et alli (2007) e Adesse e Levin (2008), grande parte dos sistemas de saúde nos países em desenvolvimento, independentemente de sua política em relação ao aborto inseguro, não planeja sistematicamente nem fornece atenção médica de emergência de maneira eficaz a mulheres que sofrem de complicações relacionadas ao aborto. Como resultado, o tratamento freqüentemente é postergado e ineficaz, com graves conseqüências e riscos à saúde da mulher. No entanto, os estudos sobre a magnitude do aborto têm sido obstaculizados por preconceitos políticos, religiosos e jurídicos em relação ao aborto, que certamente não contribuem para melhorar a atenção médico-hospitalar necessária à população feminina, além de dificultar o conhecimento do problema, salientam os autores acima citados.

Silva (2008) ressalta que os dados demonstram que a criminalização do aborto não impede que as mulheres interrompam uma gravidez não planejada, apenas coloca essa experiência na clandestinidade e expõe as mulheres mais pobres a riscos para sua vida e saúde. São as mulheres pobres, da classe trabalhadora, as maiores vítimas da criminalização do aborto. São elas que morrem ao não ter dinheiro para pagar por um aborto em clínicas clandestinas caríssimas e acabam por realizar abortos em situações desumanas. E são estas mulheres que, quando obrigadas a levar adiante uma gravidez não planejada, são alijadas do mercado de trabalho, alimentando uma situação de dependência econômica perante os homens. Ou, como reforçam Adesse e Levin (2008), do ponto de vista da saúde pública e da justiça social, fica claro que a criminalização do abortamento não só dificulta o conhecimento do problema, como aumenta os riscos do abortamento inseguro, penalizando mais severamente a população tornada mais

vulnerável por viver em regiões menos desenvolvidas ou por pertencer a grupos populacionais submetidos a condições socioeconômicas desfavoráveis.

Alguns autores, como Nader et alli (2008); Guareschi et alli (2007) e Heilborn (2006) têm nos revelado que a relação com o parceiro é um dos pontos principais que vai determinar as práticas abortivas. “*Que fatores, entre aquelas mulheres de mesma classe social e mesma faixa etária, determinavam a escolha entre levar uma gestação a termo ou interrompê-la?*” (Nader et alli, 2008, p. 700). De acordo com esse estudo, 52,4% das mulheres que optaram pelo aborto, não mantinham qualquer tipo de relacionamento afetivo com o pai da criança, 62% dessas mulheres trabalham fora. De todas as mulheres entrevistadas para a pesquisa de Nader et alli (2008), menos da metade diz conhecer o Programa de Planejamento Familiar do Município. Todas as mulheres que optaram por interromper a gravidez, afirmaram que não haviam planejado esse filho. Grande parte das mulheres relatou não utilizar métodos contraceptivos. No grupo de mulheres que tiveram abortamento provocado, os principais motivos foram: não ter relação sexual com frequência (40%) e efeitos colaterais indesejáveis (20%). Dentre as mulheres que afirmavam tomar contraceptivos e ainda assim terem engravidado, as respostas mais frequentes foram esquecimento do uso da pílula e uso inadequado do preservativo. Da mesma forma que Heilborn (2008), Nader et alli (2008) também apontam a necessidade de refletir sobre a participação do homem nas questões ligadas à saúde sexual e reprodutiva e sobre a importância da paternidade responsável, além de “*discutir ações voltadas para a conscientização e responsabilidade masculina em relação ao planejamento da família.*” (p. 705).

Com essa pesquisa, pretendemos fazer emergir outros sentidos que escapem da normatividade com que é vista a gravidez nas classes pobres, fomentando novos discursos na busca por uma compreensão do significado da maternidade / gravidezes para essas mulheres. É nesse sentido que devemos ficar atentas ao que elas nos dizem, como as duas adolescentes acima citadas, que de uma certa forma, afirmam terem escolhido a gravidez. A falta de informações sobre métodos anticoncepcionais nem sempre configura a principal causa da gravidez. “Se eu não quisesse ficar grávida usava camisinha, né tia”, já me lembrava uma delas. A busca por auto-estima num universo em que não há perspectiva de crescimento profissional ou intelectual (escola) (Costa et alli, 2006), a necessidade de ocupar um lugar, construir uma identidade ou de acabar com a solidão e a falta de carinho são alguns dos fatores que devemos considerar. Nesse mesmo sentido, Gontijo e Medeiros (ano), citando Oliveira (1999 e 2002) sugerem que para adolescentes pobres, provenientes em geral de núcleos familiares matriarcais, pouco provedoras de cuidado, proteção e carinho, a maternidade não era significada como algo precoce, mas sim como mais uma etapa natural do

processo de desenvolvimento, uma vez que o social provê pouco alimento psíquico, as respostas da “natureza” podem ser fontes procuradas até como defesas, perante condições de esvaziamento. (Paim, 1998) reforça ainda que nos grupos populares a identidade feminina completa está muito vinculada ao desempenho do papel de mãe e de esposa. Martins (2008) embasada pela historiadora francesa Françoise Thebaud (1986), afirma que a maternidade, seja desejada, seja recusada, está no centro das definições culturais e históricas do feminino, traduzindo o papel que se espera das mulheres na sociedade. A manutenção e perpetuação da representação da gravidez e maternidade como algo inerente à natureza feminina perpetua e aprofunda desigualdades de gênero. Costa et alli (2006) acrescentam a legitimação também, e sobretudo, da desigualdade de classe, uma vez que, especialmente nas camadas populares, o desejo de ser mãe usualmente configura-se como projeto de vida, perceptível no aumento de gravidez na adolescência, o que fica claro em nossa pesquisa de campo. Não podemos deixar de ressaltar que por trás dessas escolhas, vislumbramos muitas vezes adolescentes em risco e abandono social, tal qual suas famílias, esquecidas e negligenciadas pelos programas das diferentes políticas públicas. As próprias adolescentes pesquisadas por Oliveira (2005) relacionam os riscos psicossociais, como prostituição, surto psiquiátrico, violência, delinquência e tráfico, aos prejuízos na inserção familiar, com situações de abandono, precariedade e turbulência, além de associarem os perigos relacionados ao ambiente em que elas moravam, em sua maioria, bairros muito pobres, com a escolha por uma gravidez ainda muito jovem. Um contexto de oportunidades restritas, poucas opções de vida e marcado por interrupções na trajetória escolar (Gontijo e Medeiros, 2004), de fato, trazem como consequência freqüente a gravidez em mulheres bem jovens, de acordo com o padrão imposto pela classe média.

*Pode-se dizer que a realização de tarefas domésticas pelas meninas inicia-se muito cedo nas camadas populares, sendo parte do processo de socialização para a maternidade. Desse modo, a maternidade se apresenta não apenas como destino, mas talvez como único projeto possível de reconhecimento social para jovens mulheres cujos eventuais projetos educacionais e profissionais dificilmente poderão se concretizar. Há que se ter em mente sempre o contexto de profunda desigualdade de classe que o país apresenta. (Heilborn, 2006, s/p.)*

Há que se desconstruir também verdades veiculadas pela grande mídia, que acabam virando jargões, como a relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar. Uziel e Santana (2008) e Heilborn (2006), comentando os resultados de sua pesquisa, “Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil”, contrariam a idéia comum de ser a gravidez a grande causa para a evasão escolar por parte das jovens. Os dados da pesquisa de Heilborn (2006) apontam que 40,2% das adolescentes que tiveram filho, já estavam fora da escola. Fatores como defasagem

idade/série, interrupções e descontinuidades no processo de escolarização, falta de interesse pelo que a escola tem a oferecer são muito mais pertinentes quando falamos de abandono escolar.

O estudo realizado por Scappaticci (2006) traz uma outra reflexão, a hipótese da maternidade em adolescentes em situação de rua como um fator algumas vezes construído com a função de dar sentido a uma existência cujos vínculos significativos foram pobremente investidos. Ao longo de sua pesquisa de campo, comprovou que a maior parte das adolescentes cresceu em contextos de pobreza chefiados pela mãe, e tiveram uma vida familiar marcada por instabilidade, abandono e conflitos. Se durante as entrevistas, retratam o relacionamento com a mãe permeado por rejeição e conflito, na maioria dos casos, a relação com o pai é hostil e ausente. Dessa forma, a autora caracteriza a rua como um lugar onde tudo é possível, onde drogas e sexo são utilizados sem muito cuidado, mas que, apesar de receberem a notícia da gravidez com surpresa e rejeição, as adolescentes acabam se preservando mais com o decorrer da gravidez. Um outro ponto observado pela autora é que grande parte dos relacionamentos com o parceiro foram ocasionais e por pouco tempo, fato também observado por nós durante nosso trabalho de campo.

Outros fatores foram abordados na discussão sobre gravidez e adolescência, em especial, nas classes pobres. Uma das possibilidades é entender a maternidade enquanto forma de ascensão social como um “passaporte” para a vida adulta, e como reforço pra ser alguém na vida com vistas a garantir a estima de outras pessoas e um futuro melhor para e através do filho, analisam Gontijo e Medeiros (2004), a partir de pesquisas realizadas por (Favéro, 1997; Pantoja, 2003; Wagner et alli, 1998). Os autores sugerem também que a gravidez pode agir como um fator de proteção para a depressão em adolescentes, pontuando que algumas adolescentes têm descrito sentimentos de importância, de serem especiais, durante a gravidez. Podemos verificar esse tipo de declaração dentre algumas mulheres de nossa pesquisa, que afirmaram que se não tivessem filhos, talvez não “estivessem mais aqui.” Do mesmo modo, a gravidez na adolescência também pode ser associada à diminuição do uso de álcool, cigarro, maconha e crack, assim como o cuidado com os filhos aparentemente pode trazer benefícios psicossociais, especialmente relacionados à convivência e escape dos riscos graves do mundo do tráfico, do abuso de drogas e da criminalidade. Ou seja, a gravidez acaba desempenhando um papel de prevenção a riscos sociais, como se as mulheres grávidas e/ou com filhos pequenos estivessem mais resguardadas desse tipo de exposição. Oliveira (2005) também traz a mesma análise, como se o tempo dedicado ao filho, retirasse as adolescentes mães, em graus e formas diferentes, dos espaços de "zoar", gerando uma situação de certa proteção a essa mulher, pelo distanciamento dos riscos

desses espaços. Para Gontijo e Medeiros (2004), *“a gravidez encontra sua razão de ser em uma estratégia de afirmação (...) Não tendo outra expectativa de vida, estas adolescentes fazem do ser mãe seu projeto de vida.”* (p. 397). Ou, nas palavras de Oliveira (2005), ao se referir às adolescentes de sua pesquisa: *“Com percepções fragmentadas e um pouco confusas acerca do cotidiano, elas descreviam a vida quase como um destino, do qual a primeira gravidez transformava-se em epicentro.”* (s/p.).

Diante desse quadro, se faz imprescindível entender de que maneira as políticas públicas afetam essas mulheres. Em se tratando de escolas públicas, destinadas às jovens que estamos estudando, a pergunta que muitas vezes me persegue é: “quem cabe dentro da escola?”, o que essas escolas têm a oferecer, considerando as enormes desigualdades sociais do nosso país? As dificuldades de acesso aos dispositivos de Saúde se configuram como mais um problema, como apontado por elas próprias. Para iniciar essa discussão, faz-se necessário problematizar as definições cristalizadas de família socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos. Enfim, os dispositivos disciplinares que normatizaram a família nuclear burguesa.

*(...) no atendimento a famílias, como romper esses modelos sociais internalizados e como escutar os discursos das próprias famílias entre si, nessa permanente tensão entre a singularidade de cada um e as referências sociais das quais não podemos escapar? (Sarti, 2004, p. 16).*

Klein (2005), em seu artigo "A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola", inicia problematizando que o conceito de família, quando referido à classe pobre, aparece na grande maioria dos textos, restrito à relação mulher-mãe e seus filhos. Há que se considerar o grande número de famílias monoparentais dentro desse contexto, mas à medida que os próprios documentos oficiais, norteadores de políticas públicas desconsideram ou ignoram o papel do homem/pai na criação e educação dos filhos, acabam por legitimar uma responsabilidade unicamente feminina nesse processo. A autora critica a forma como essa política pública imprime o lugar da mãe dentro da estrutura familiar, indicando e definindo quais os comportamentos "naturais" para o bom desenvolvimento das crianças. Como se tais ensinamentos legitimassem o que é ser mãe em nossos dias. Quais as representações de maternidade vão sendo produzidas e veiculadas? Que identidades maternas são assim construídas? Os discursos e diferentes saberes sobre maternidade e o que é ser mãe, não param de proliferar na nossa cultura. Pretende-se naturalizar verdades que re/posicionam as mulheres como mães, a partir de imperativos que a colocam no lugar de "provedora do núcleo familiar", obrigando-a a assumir um papel ativo na educação de seus filhos. Ou seja, volta a equação mulher igual a mãe, ostensivamente questionada pelo feminismo na década de 70. Todo esse aparato,

acaba por responsabilizar a mulher e seu posicionamento na superação da pobreza, como se o esforço feminino no trabalho e a boa educação dos filhos pudessem reverter uma situação sócio-econômica há muito tempo cristalizada.

*As representações que significam e inscrevem a maternidade no corpo (e na 'alma!') da mulher, em diferentes espaços e tempos, são, ao mesmo tempo, incapazes de fixar nele, de uma vez para sempre, um conjunto verdadeiro, definido e homogêneo de marcas e sentidos. (...) É nesse sentido que discuto e problematizo alguns significados, atributos, lugares sociais e circunstâncias que conferem à maternidade uma condição específica em nossa cultura. (Klein, 2005, s/p.).*

A idealização da família e a construção de um saber acerca da mesma pode provocar no técnico/profissional/especialista uma dificuldade em escutar o que essa família tem a dizer sobre si mesma, negando-lhe um saber. *"Ao partir da 'ignorância' das classes pobres, o saber técnico é o que exclusivamente predomina, gerando uma desqualificação da família assistida quanto mais baixa estiver na hierarquia social, reproduzindo assim, os mecanismos que instituem a desigualdade social e mantém o controle sobre esta classe."* (Sarti, 2004, p. 25). Justamente o que observamos acontecer muitas vezes, na relação médico/paciente, onde os primeiros sabem o que é melhor para a pessoa que está atendendo. Romper com essa lógica é um desafio.

*Ampliar o acesso aos meios para a regulação da fecundidade, e a informações sobre métodos disponíveis (Lei 9263/97 – Planejamento Familiar) seria o caminho para assegurar um dos elementos fundamentais do conceito de saúde reprodutiva: que as pessoas possam, de fato, decidir sobre quando e quantos filhos ter e regular sua fecundidade por meio de métodos anticoncepcionais em vez de esterilização. (Costa et alli, 2006, p.377).*

Sobre Planejamento Familiar, o Ministério da Saúde (2004) declara algumas estratégias, como: garantir a oferta de métodos anticoncepcionais para a população em idade reprodutiva; ampliar o acesso das mulheres às informações sobre as opções de métodos anticoncepcionais; estimular a participação e inclusão de homens e adolescentes nas ações de Planejamento Familiar. Guareschi et alli (2007) afirmam que no ano de 2006, o Ministério da Saúde atendia somente a 30% da demanda do público-alvo no que diz respeito a distribuição de métodos anticoncepcionais, como pílulas, camisinhas, DIU e anticoncepcionais injetáveis.

Além do que já foi apontado pelos autores acima citados, precisamos também de uma articulação entre os diferentes setores, como Educação, Saúde, Assistência Social entre outros. A escola precisa tomar para si a responsabilidade de abordar o tema da sexualidade, mas não burocraticamente como tem sido as aulas de orientação sexual. A discussão precisa se dar num outro nível. Heilborn (2006) faz uma contraposição entre descrever o funcionamento dos órgãos genitais e conversar sobre as relações afetivas

entre os sexos, permeadas por assimetrias de gênero. *“É importante falar de gênero associado à sexualidade para facultar a conversa entre os parceiros – e a responsabilidade masculina – no tema da contracepção.”* (s/p.).

Como poderemos observar nos relatos das mulheres pesquisadas e até mesmo nas abordagens das políticas públicas, da mesma forma que o cuidado com os filhos, a responsabilidade pela escolha ou não da contracepção também se configura como obrigação exclusiva da mulher. Guareschi et alli (2007) problematizam que por mais que a política pública proponha estratégias que estimulem a participação dos homens no Planejamento Familiar, “tais propostas acabam por construir o ser mulher de uma determinada forma, tornando-a responsável pelo seu corpo e por tudo o que diz respeito a ele, nesse caso, a concepção ou não de um filho.” (p. 19). Na contramão do que vem sendo feito, ou seja, “apagar diferenças, tornando todas as mulheres iguais” (Guareschi et alli, 2007, p. 22), o que as autoras propõem é justamente a *“desnaturalização de um feminino essência (...) evitando-se, portanto, generalizações e conceitos pré-estabelecidos.”* (p. 22).

Somado a tudo isso, Oliveira (2005) traz uma reflexão fundamental, de que toda a problemática envolvendo mulheres das classes populares “deve ser tratada por políticas públicas que não apenas enfatizem a prevenção da contracepção e das DSTs (com informações sobre práticas sexuais consideradas seguras), mas que, sobremaneira, articulem seus modelos de intervenção com as condições desses ambientes marcados pela insegurança.” (s/p.). Insegurança essa, que pode ser contextualizada, de acordo com a própria autora, em uma quase ausência de pertinência a instituições escolares ou sociais (clubes, associações, igrejas). A carência e o empobrecimento de contatos e de amizade observados tanto por Oliveira (2005) quanto nas entrevistas realizadas para a nossa pesquisa, podem ter inúmeros fatores, como a saída da escola e conseqüentemente o pouco convívio com pessoas da mesma idade; descolamento de espaços de lazer (já que eles são praticamente inexistentes nos bairros pobres); o cuidado com a criança e com a casa, que acabam restringindo a saída. Após o nascimento de seus bebês, ocorre um cerceamento ainda maior dessas mulheres, contrariando muitas vezes a expectativa que criaram em torno da gravidez como um “passaporte” para a vida adulta e a liberdade. Cuidando das crianças em suas casas, fazem poucas e fracassadas tentativas de volta à escola, além de algumas tentativas esporádicas de inserção no mercado profissional. O que acarreta numa dependência financeira de suas famílias de origem ou de seus companheiros e das famílias deles. Que lugar essas jovens passam a ocupar? *“Após a procriação, uma adolescente pobre não é mais tratada como filha a ser educada, mas sim como mãe, que deve cuidar de seus filhos - um degrau de crescimento bastante grande para ser transposto.”* (Oliveira, 2005, s/p.) As adolescentes grávidas e mães

parecem prisioneiras das condições sócio-econômicas, com restrições e limites para ir e vir, para pertencer a outros e diversificados espaços, gerando um grande empobrecimento em suas vivências. Uma das características desse empobrecimento pode ser percebida por uma prática bastante impregnada, o “vício” em passar muitas horas na frente da televisão, *“um veículo poderoso na criação, manutenção e reprodução de modelos e ideais quase nunca possíveis de serem atingidos por essas adolescentes, ainda mais, sendo mães.”* (Oliveira, 2005, s/p.).